

ACTA N.º 27
MANDATO 2005/2009

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período antes da ordem do dia; -----

2.1 Assuntos gerais de interesse para a Autarquia; -----

Ordem do Dia: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2009-02-16; -----

2. Discutir e votar propostas da Câmara Municipal sobre: -----

2.1 Documento de Prestação de Contas do Ano 2008; -----

2.2 Documento de Prestação de Contas de 2008, dos SMAES; -----

2.3 Contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de €750.000,00; -----

2.4 Transferência de capital par as Juntas de Freguesia – Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Alfena – Pavimentação de diversas ruas; -----

2.5 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Sobrado – Pavimentação da Rua Brito Capelo; -----

2.6 Desafecção de parcelas de terreno sitas na Rua das Escolas e Rua do bom Samaritano, Ermesinde, com vista à ampliação do logradouro da Escola da Bela; -----

2.7 Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno com área de 107,00 m², sita na Rua Manuel Joaquim Fernandes dos Santos, freguesia de Ermesinde. -----

2.8 Desafecção do domínio público, do troço do caminho público, com a área de 125,00 m², nas Ruas Lameira Ferreira e Eduardo Joaquim Reis Ferreira, freguesia de Valongo; -----

2.9 Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 3390,00 m², sita no Lugar do Alto de Fernandes, freguesia de Valongo. ---

2.10 Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, correspondente a parte da área ocupada por caminho público, sita no Lugar de Alto de Fernandes, freguesia de Valongo, com a área de 154,00 m²; -----

2.11 Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Recolha Selectiva e Outros Serviços de Higiene Urbano do Concelho de Valongo – “Abertura de Concurso Público, Aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos”; -----

2.12 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Sobrado – Pavimentação da Rua do Baldeirão; -----

3 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo; -----

4. Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Valongo, 2º Semestre de 2008 – Apreciação. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças, com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós e os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----

Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Carlos Alberto das Neves Poças, Diomar da Silva Ferreira dos Santos, Henrique Jorge Campos Cunha, Pedro Filipe da Rocha Almeida, sendo substituídos, respectivamente, pelos Membros da Assembleia Municipal Idália Moreira Marques, Eusébio Manuel da Fonseca, Alexandre Manuel da Silva Teixeira e José Carlos Abreu Carvalho. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu início à reunião. -----

O Senhor **Segundo Secretário Olívio Alexandre Amador Cruz** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** convidou o Membro da Assembleia José Fernando Santos Castro para substituir o Primeiro Secretário na Mesa. -----

De seguida deu a palavra ao público não se tendo verificado intervenções, dando a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** solicitou que o ponto 2.12 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Sobrado – Pavimentação da Rua do Baldeirão, fosse discutido e votado a seguir ao ponto 2.5 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Sobrado – Pavimentação da Rua Brito Capelo. -----

Sobre esta solicitação não houve oposição por parte da Assembleia. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a leitura de um documento entregue pelo à Mesa pelo Presidente de Junta da Freguesia, António Fernandes Monteiro, que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida** disse que Valongo é um importante Concelho difusor de ligações rodo e ferroviárias, quer para norte, quer para este da Área Metropolitana do Porto. -----

Também, a nível ambiental é de uma importância essencial para a região, não só porque integra aquilo a que se convencionou chamar o pulmão da Área Metropolitana, quer porque é atravessado por dois importantes cursos

de água, que compartilha com vários concelhos limítrofes, e são importantes à qualidade de vida das respectivas populações. -----

Por inércia ou falta de capacidade de se impor o concelho de Valongo é ignorado pelos vizinhos, e violentado por instituições e empresas estatais. Exemplo disso é o caso da A41, que atravessa e corta a Vila de Alfena ao meio, e ignora o Nó do Lombelho, prometido, e mais rapidamente ignorado, pelas Estradas de Portugal, sempre com a passividade dos responsáveis Municipais e das Freguesias. -----

Disse, ainda que alguns dos presentes já mais esquecerão a luta desenvolvida pelos Autarcas de então e a população de Valongo, para evitar que o atravessamento da cidade fosse concretizado pela construção em aterro, o que na época foi apelidado de muro da vergonha, da plataforma da A4. Nessa altura não se conseguiu tirar a plataforma do meio da cidade, mas pelo menos conseguiu-se que o muro da vergonha fosse substituído em viaduto, obtendo-se alguns atravessamentos norte/sul, não contemplados no projecto de construção, e algumas ligações à cidade. -----

Valongo poderá, novamente, ser desrespeitada se os responsáveis pelos seus destinos não se mobilizarem, e não forem capazes de mobilizar todos os Municípios, na defesa dos seus interesses mais legítimos, e se deixarem adormecer à sombra da rotina do interesse individual. -----

Disse de seguida que se estava a referir ao alargamento da A4 pela cidade de Valongo, a BRISA quer continuar a dividi-los, e mais quer alargar a plataforma da auto-estrada a níveis impensáveis. Há Municípios que vão tomar as refeições ao lado dos condutores que percorrem a A4, e ter insónias no tempo do seu descanso e sono ao som das buzinas, e das travagens, lindo presente com que a BRISA os pretende contemplar. -----

Está certo que não o vão consentir, e vão estar ao lado das populações no seu esclarecimento, e na sua mobilização, para defender que a A4 passe a norte do actual traçado que percorre. -----

De seguida fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.2. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de uma Recomendação que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

De seguida fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.4. -----

O Senhor **Deputado Fernando David dos Reis** disse que relativamente ao Centro de Saúde de Ermesinde há cerca de 20% dos utentes não têm médico de família em Ermesinde, com o investimento feito no actual Centro de Saúde era previsível que as condições de vida dos utentes melhorassem substancialmente, o que não aconteceu. -----

Ficou surpreendido quando no dia 3 de Outubro foi feito à ARS do Norte um pedido de esclarecimento, sobre o antigo Centro de Saúde de Ermesinde, que na altura do seu encerramento disseram que seria reaberto tão cedo

quanto possível, tendo sido recebida uma resposta por parte da ARS do Norte no dia 22 de Outubro a informar que o Centro de Saúde estava a ser remodelado e seria reaberto, com um módulo de atendimento para situações mais graves, no princípio de Janeiro. -----

Como a carta datava de 22/10/2008, previa-se que fosse aberto em Janeiro de 2009, mas com certeza que vai ser aberto em Janeiro de 2010. -----

Falou de seguida sobre a situação do Centro de Saúde de Campo, que está a funcionar num pavilhão pré-fabricado, que se não está fora do prazo de validade este deve estar a terminar. -----

Disse de seguida que já existe um terreno para a construção de um novo Centro de Saúde em Campo, a questão é que haja vontade para tal. -----

Considera que não vai ser fácil, pois leu uma notícia do Primeiro de Janeiro, em que fizeram uma visita ao centro de Saúde de Campo, o Deputado Manuel Pizarro, que faz parte da Comissão Parlamentar da Saúde, Deputado do PS, foi visitar as instalações do Centro de Saúde de Campo, onde disse que embora esteja num pré-fabricado não está assim tão mau, já que está limpo e arrumado, bem como já viu Centros de Saúde em edifícios em muito piores condições do que aquele. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc. 5. -----

De seguida fez a leitura de uma Recomendação que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

O Senhor **Deputado Alexandre Manuel da Silva Teixeira** fez a leitura de Recomendação que se anexa à presente acta como Doc.7. -----

O Senhor **Deputado Alfredo da Costa Sousa** começou por lamentar que, quase em final de mandato, a Câmara ainda não tenha conseguido fazer uns quilómetros de passeios, estando a referir-se aos passeios da Nacional 15, entre o viaduto da passagem do caminho de ferro e a Igreja de Campo, uma estrada com muito movimento quer de veículos quer de pessoas. -----

De seguida disse que a Escola Primária do outeiro, do Outeiro, em Campo, está desactivada, a criar mato e bicharada, e que a Câmara poderia ceder o espaço para a Banda de Musica de Campo que tem imensa necessidade de um espaço para ensaiar os jovens e crianças, quando existe o espaço da Escola que está desactivado. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** começou por felicitar a Mesa da Assembleia pela iniciativa da Assembleia Municipal de Jovens que decorreu pelo terceiro ano consecutivo no dia 24 de Abril. -----

Considera que a iniciativa teve muito sucesso, gostou de ver a qualidade das ideias, intervenções e as apresentações, -----

De seguida falou nos cartazes que estão afixados na rua, de norte a sul, que já fazem parte da paisagem urbana, mas que em Valongo há uma agravante, existe um candidato à Câmara que já inundou as ruas do Concelho, que interpreta como uma estratégia intra partidária de auto afirmação. -----

Relativamente à colocação dos cartazes não devem esquecer alguns princípios, em primeiro lugar a Câmara tem algumas regras para a colocação dos mesmos, nomeadamente existe um Regulamento que deveria ser respeitado. -----

Depois existem as regras do bom senso, se existem poucos passeios, como afirmado pelo Deputado Alfredo Sousa, os que existem têm vindo a ser destruídos, exactamente com a colocação de cartazes do candidato do Partido Socialista, Afonso Lobão, que ao colocar os cartazes destruiu muitos passeios, no caso da Rotunda 1º de Maio não só destruíram como deixaram os pedaços de passeio que tiraram lá encostado. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** agradeceu em seu nome e em nome da sua família, a todos aqueles que estiveram presentes, e os que não estiveram, de um maneira ou outra deram-lhe força para ultrapassar aquele momento difícil. -----

Disse de seguida que tinha um documento para ler sobre o rio Ferreira, mas visto o Presidente de Junta da Freguesia já o ter feito, sério inoportuno. -----

Disse que a Junta de Campo este com o rio Ferreira, ao longo dos últimos anos têm sensibilizado o Vereador do Ambiente, bem como trocado impressões sobre o rio Ferreira. -----

Chegou o momento de passar para o papel, agora têm que passar aos actos, tarefa que não é fácil, irá tentar sensibilizar as gentes de Campo para envolver toda a população na tarefa. -----

Disse de seguida que no seu entender o rio Ferreira não está muito poluído, está sim é degradado, as suas margens estão muito degradadas, a maior parte dessa degradação deu-se quando foi feita a instalação do saneamento que não foi cuidada e estragou as margens. -----

Uma questão, que se calhar não é culpa política mas dos técnicos, é que todas as vezes que aparecem os slides do rio Ferreira nunca aparece a ponte dos Arcos, que deve ser dos monumentos mais bonitos do Concelho, uma ponte romana, da qual não se sabe a idade que tem, que está com alguns problemas de segurança, mas a Câmara está atenta a isso. -----

Relativamente ao Centro de Saúde de Campo, de que muito se fala mas ninguém fez nada, a única entidade que fez algo foi a Junta de Freguesia de Campo. Porque, perante a insistência sobre D. Alice Marcelo, a pedido da Junta de Freguesia de Campo, gentilmente, ofereceu um terreno no valor de trezentos mil euros, que já está disponível para construção do Centro de Saúde. -----

Quanto ao problema da escola que está abandonada, há dois anos a Junta de Freguesia fez uma proposta à Câmara Municipal, para que cedesse o espaço à Banda de Musica, espaço que está abandonado, ao que foi respondido que a Câmara ia precisar para ser aproveitado para as escolas.

Sobre a Assembleia de Jovens, esteve lá, foi a primeira vez que assistiu, mas não gostou pois acha que os miúdos não estavam preparados e não direccionaram as críticas para o sítio certo. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.8. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por referir o facto, que considera importante, a inauguração da obra da Via Distribuidora da Zona Industrial de Campo. -----

Disse de seguida que relativamente à intervenção do Deputado Alfredo Costa a Estrada Nacional não esta na égide, em termos manutenção e de intervenção, da Câmara Municipal. -----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.9. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** disse que o Partido Socialista é um grande Partido, um Partido da democracia, e a intervenção do Deputado João Paulo Baltazar não vai beliscar esse património. -----

O que foi dito pelo Deputado João Paulo Baltazar tem alguma gravidade, e pedia-lhe para ter a coragem de colocar o que disse num comunicado público. -----

Terminou dizendo que a população do Concelho sabe bem as melhorias que o sistema de Saúde tem, hoje, no Concelho, as primeiras Unidades de Saúde Familiares do país foram criadas no concelho de Valongo, bem como a população está satisfeita com a qualidade do serviço de saúde prestado. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** informou o Deputado José Manuel Ribeiro que a sua anterior intervenção está publicada na coluna partidária do Jornal "A Voz de Ermesinde". -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha** disse que não ouviu a anterior intervenção na totalidade mas julga tratar-se de uma situação que, hoje, surgiu na sua caixa do correio, que fazia uma recomendação aos Senhores Presidentes de Junta que fizeram um abaixo assinado, sobre o Dr. Carlos Valente, eles fizeram isso, não lhe chamaria de abaixo assinado, mas uma recomendação à ARS para que o Senhor Dr. Carlos Valente fosse reconduzido no cargo. -----

Chamou de seguida à atenção da Mesa que existe uma Comissão Municipal de Saúde, da qual o Director do Centro de Saúde faz parte, não sabe se terá que haver novas eleições para essa comissão. -----

Quanto às Unidades de Saúde Familiares, concorda com elas só que há um problema, e Campo foi prejudicado com as Unidades de Saúde, porque saem os médicos e não são substituídos. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que em relação ao Dr. Carlos Valente, oficialmente, a Mesa da Assembleia ainda não foi informada que está um novo Director em exercício de funções. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente às intervenções que foram feitas sobre cartazes, candidatos, outras situações, foram descabidas, o discurso não devia estar direccionada para já fazer campanha politica. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, começou por dizer que já tinha lido o comunicado no Jornal de Ermesinde, sobre a bomba que estourou em Valongo. -----

Disse de seguida conhecer o Dr. Carlos Valente há algum tempo, o Centro Social de Ermesinde solicitou a sua colaboração para a apresentação de um encontro, para ceder médicos e enfermeiros para intervirem num encontro sobre envelhecimento em Ermesinde, tendo prestado uma colaboração excepcional, indo lá ele próprio. -----

Disse de seguida se o PSD tinha pestanhinhas a fiscalizar aquilo que se discute à mesa do café entre os membros do Partido Socialista, que ele não sabe quem é que lá esteve, e do Senhor Secretário de Estado da Saúde. ----

Perguntou se quando o PSD está no Governo as regressões entre os Membros do Governo e as Estruturas Locais, ou Membros do Partido são assim tão formalizadas, que não se dão ao luxo de se sentarem e conversarem à mesa de um café, ou num sítio qualquer informalmente sobre várias questões. -----

Já ouviu vários motivos que levaram à destituição do Dr. Carlos Valente, não sabe qual é o verdadeiro, mas seja qual for, nem sequer sabe se foi nessa tertúlia de café que foi decidido ele ter sido destituído. -----

Disse ainda que levar o caso à Assembleia Municipal, onde se deve discutir assuntos relevantes de interesse para o Município, trazer esse ponto acha de alguma infelicidade. -----

Quanto à colocação de cartazes que rebentam passeios, perguntou qual é o partido que não tem cartazes espalhados no Concelho em cima dos passeios. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que relativamente à escola do Outeiro, e a sua atribuição à Banda Musical de Campo, vão estudar o problema mais concretamente e alguma decisão que venha a ser tomada oportunamente será comunicada. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que relativamente ao alargamento da A4 a Câmara, até hoje, não tem conhecimento oficial de que a opção já está tomada por parte da BRISA. -----

Quanto à Moção é mais um contributo para o que é a posição da Autarquia sobre a matéria, há uns meses atrás tiveram uma posição sobre as propostas que estavam em cima da mesa, por parte das entidades, manifestaram a nossa discordância, fizeram uma Moção que foi aprovada na Câmara e enviada às entidades, recentemente aprovaram uma nova Moção que diz essencialmente o que a outra dizia há uns meses atrás. -----

Relativamente à proposta da Internet esse procedimento já estava previsto no Plano de Investimentos deste ano, bem como está a ser iniciado o processo administrativo de consulta a empresas, para terem o serviço no Parque Urbano de Ermesinde, no Parque Urbano de Valongo e no Centro Cultural de Alfena. -----

Quanto à intervenção do Deputado Alfredo Sousa não é responsabilidade da Câmara mas sim das Estradas de Portugal, em todo o caso relativamente à Nacional 15, em mais do que um troço, a Câmara fez o projecto dos passeios, pediu ao EP a aprovação, e para que construí-se os passeios na Nacional 15, nomeadamente entre a Santa Rita e o Alto de Valongo, e também em Campo, e na Estrada Nacional 209 em Sobrado fez a mesma coisa. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do dia para o final da reunião, o que foi aceite por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2009-02-16, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor e quatro abstenções, em virtude dos Deputados não terem estado presente na referida reunião. -----

Colocou seguidamente à discussão o ponto 2.1 Documento de Prestação de Contas do Ano 2008; -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.10. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.11. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.12. -----

O Senhor Deputado Joaquim Jerónimo Pereira fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.13. -----

O Senhor **Deputado Alexandre Manuel da Silva Teixeira** começou por dizer que olhando para os quadros é significativo, e deve ser louvado, o esforço que a Câmara tem feito neste mandato, desde há quatro anos a esta parte, na redução da dívida, esforço que tem sido sentido por parte dos Municípios, pois foi a eles que lhes foi pedido que fizessem algum esforço, na questão das taxas do IMI, na questão das derramas. -----

É directamente aos Municípios que a questão do endividamento das Câmaras diz respeito, e os preocupa, por isso compreendem muito bem, e ele enquanto responsável político no Concelho também compreende. -----

Na verdade é que fica-se com a ideia que esse esforço funcionou nos primeiros anos do mandato, mas agora estão quase a morrer na praia, a consolidação foi verificada durante algum tempo, mas agora está outra vez a resvalar, a razão qual foi não sabe, a verdade é que acabou por acontecer. –

Quanto aos fornecedores tem alguma preocupação, não se vai preocupar com a dívida aos Bancos, ou à EDP, mas sim com as pequenas empresas que têm dívidas, que têm salários para pagar, alguns deles têm trabalhadores que vivem no concelho, aqueles que estavam a pagar o IMI, e que agora têm as empresas um bocado fragilizadas, porque algumas delas não tinham no início do ano dívidas a cargo da Câmara Municipal e acabam por as ter. -----
Ouve-se dizer que o atraso dos pagamentos da Autarquia está a roçar um ano, preocupa-o algumas pequenas empresas terem que suportar um dívida que não tinham no início do ano e com as aproximações do final do ano essa dívida começa a ser maior. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que relativamente ao documento do ROC, que está colocado no último ponto da Ordem de Trabalhos, é também sobre a prestação de Contas. -----

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas diz, no relatório/parecer do Auditor Externo, sobre as contas do Município para o exercício de 2008, introduzem três reservas: “A auditoria externa das contas do Município iniciou-se no exercício de 2007, em cumprimento do disposto no artigo 48º da Lei das Finanças Locais. Contudo, dada a dimensão e em certos casos à antiguidade do activo imobilizado, não nos foi possível, até à data da presente certificação, efectuar todo o trabalho de validação do saldo inicial de 2007, pelo que não podemos formar opinião sobre o mesmo”; “No Balanço do Município não se encontra reconhecida uma dívida no valor de €2,372.043,38, reclamada judicialmente por uma entidade bancária, conforme referido na nota 8.2.33 do Anexo às demonstrações financeiras, porque segundo um parecer jurídico prestado ao Município a mesma não é exigível. Dada a complexidade desta questão não nos é possível formar opinião sobre a exigibilidade ou não da dívida em causa, vem como dos juros vencidos e vincendos”; “Não está igualmente reconhecida no Balanço uma dívida a um fornecedor no montante de €376.100,79, porque segundo o Município o fornecedor deve a título de indemnizações, por incumprimentos contratuais, um valor superior. No entanto, não dispomos de elementos suficientes para formar uma opinião sobre a exigibilidade destes valores”. ----

Disse de seguida que os Revisores Oficiais de Contas servem para certificar que as contas são claras e correctas, e a questão do documento de Prestação de Contas na sua opinião resume-se a isto. -----

Aquilo que o preocupa é que o ROC diz sobre o endividamento: “Dado subsistirem dúvidas sobre a aplicabilidade do previsto na alínea c), do n.º 2, do artigo 61 da Lei das Finanças Locais, no cômputo do indicador previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 41 da mesma Lei, não podemos formar opinião sobre o reequilíbrio financeiro do Município”. -----

Disse de seguida que gostava que de ser esclarecido, qual é a dívida, se é o empréstimo datado de 94, o que é que impede o ROC de o fazer, porque era interessante para eles perceberem qual a situação do equilíbrio financeiro. ---

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que se falou na Assembleia que concelho de Valongo não é um El Dourado, e por não ser é que a dívida de 2007 passou de 7 milhões para 15 milhões, mas isso tem que ter uma justificação, porque é que aconteceu. -----

Relativamente às receitas a Câmara nem se pode queixar muito, pois do Governo, está no Relatório de Contas, entraram mais 5% relativamente a 2007, as receitas do Governo Central. -----

No final de 2007 o pagamento a fornecedores estava entre 80 a 90 dias, hoje, o pagamento a fornecedores já ultrapassa um ano, passou de 80 a 90 dias para mais de um ano. -----

Como foi dito há pequenas e micro empresas que estão à espera do pagamento, e não vão ter dinheiro para pagar aos funcionários no fim do mês. -----

Pergunto porque é que a partir do final de 2007 as contas da Câmara derraparam, alguém tem que explicar isso. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que relativamente à intervenção do Deputado Casimiro Sousa a dívida que mencionou, que consta na Revisão Oficial de Contas, os €2.372.043,38, já o ano passado foi dito a que se refere, essa dívida tem a ver com uma empresa, denominada ECOP, Mirante dos Sonhos, que pretende ser ressarcida duas vezes, daí a razão de estar em litígio judicial, e não podem reconhece-la quando entendem que ela não existe. -----

Daí a razão dos Revisores Oficiais de Contas, atendendo ao que argumentaram, também dizerem que até à presente data não foi reconhecida uma dívida reclamada judicialmente. -----

Situação idêntica tem a ver com o ponto nove da Revisão Oficial de Contas, a dívida de €376.100,79, que não está reconhecida porque, segundo o Município, o fornecedor deve a título de indemnização, por incumprimentos contratuais, um valor superior, essa dívida tem a ver com o edifício Faria Sampaio, no corpo B, ou seja há um incumprimento do contrato de uma firma denominada Sá Machado, incumprimento que vai dar origem a que a Câmara vá liquidar importâncias maiores de penalizações. -----

Relativamente ao ponto sete diz o Revisor: “Contudo dada a dimensão, e em certos casos a antiguidade, do activo imobilizado, não nos foi possível”, mas garantiu que o activo imobilizado da Câmara está devidamente identificado, e quantificado. -----

A picagem que fizeram, foi aceite mas entenderam que em função da vastidão e antiguidade do activo imobilizado não tinham certeza e segurança daquilo que iriam certificar. -----

Quando se fala de dívida a curto prazo e de empréstimos ao Banco, não estão a falar da mesma realidade, estão a falar de dívida a curto prazo e de médio e longo prazo. -----

Disse de seguida que a perspectiva de receita é para uma perspectiva de despesa, havia uma perspectiva de receita na parte do capital, realizada a despesa de investimento não havendo a contrapartida da receita necessariamente o resto vai aparecer. -----

Relativamente à intervenção do Deputado José Deolindo Caetano as opções que foram tomadas, opções políticas, se a dívida a curto prazo disparou, subiu necessariamente, tinha que subir, porque não se concretizaram receitas, agora se tiver o cuidado de ver na página 81, no que toca ao investimento têm uma execução física somada à execução em curso, uma realização do investimento de 84,63%, portanto se lhe diz que esse investimento não teve a contrapartida da receita, para não aparecer a dívida concorda, agora que a execução está feita, está, a execução física são 17,6 milhões de euros a execução em curso são 9,6 milhões de euros, têm um total de 27,2 milhões de euros que dá 84,63%. -----

Quanto à intervenção do Deputado Alexandre Teixeira efectivamente tem havido uma preocupação de liquidar as dívidas às pequenas empresas, diariamente são aferidas as dívidas às pequenas empresas, principalmente as dívidas de pequena monta, têm a percepção que o problema é muito grave, existem pequenas e médias empresas que a Câmara só não paga porque não tem meios para o fazer. -----

Quanto aos prazos de pagamento que foram estendidos, não há essas verbas, mas têm essa preocupação, há situações que consideram aflitivas e em função das receitas que vão cobrando, que são aferidas diariamente, são diariamente emitidos cheques para fazer face a estas situações. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.1 Documento de Prestação de Contas do Ano 2008; sendo aprovado por maioria com dezasseis votos a favor sendo: treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e um voto a favor da Presidente da Assembleia Municipal Sofia Liberta Braga de Freitas, dezasseis votos contra, sendo: catorze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do Grupo Municipal do BE, relativamente a este ponto foi utilizado o voto de qualidade pela Presidente da Assembleia Municipal aprovado o ponto, bem como foi apresentada uma Declaração do Voto pelo Grupo Municipal do PS que se anexa à presente acta como Doc.14. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.2 Documento de Prestação de Contas de 2008, dos SMAES, relativamente a este ponto não se verificaram intervenções sendo colocado à votação e aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo: treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas,

e quinze abstenções, sendo: catorze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.3 Contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de €750.000,00. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** perguntou no que é que concerne exactamente o empréstimo, se é para concretizar, porque julga que o empréstimo que o ano passado foi votado na Assembleia que não foi esgotado. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** disse que efectivamente o ano passado não utilizaram o empréstimo, não foi necessário, este empréstimo é para fazer face a uma série de situações que podem ser levantadas relativamente àquelas pequenas e médias empresas, que por alguma razão seja necessário, é para ser concretizado nesses casos e para ser pago até ao fim do ano. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.3 Contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de €750.000,00, sendo aprovado por maioria com trinta e um votos a favor, sendo: catorze votos a favor do Grupo Municipal do PS, treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto a favor do Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida foi colocado à discussão o ponto 2.4 Transferência de capital para as Juntas de Freguesia – Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Alfena – Pavimentação de diversas ruas, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.5 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Sobrado – Pavimentação da Rua Brito Capelo, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente foi colocado à discussão o ponto 2.6 Delegação de execução de obra na Junta de Freguesia de Sobrado – Pavimentação da Rua do Baldeirão, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Foi colocado à discussão o ponto 2.7 Desafectação de parcelas de terreno sitas na Rua das Escolas e Rua do bom Samaritano, Ermesinde, com vista à ampliação do logradouro da Escola da Bela, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.8 Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno com área de 107,00 m², sita na Rua

Manuel Joaquim Fernandes dos Santos, freguesia de Ermesinde, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou seguidamente à discussão o ponto 2.9 Desafecção do domínio público, do troço do caminho público, com a área de 125,00 m², nas Ruas Lameira Ferreira e Eduardo Joaquim Reis Ferreira, freguesia de Valongo, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.10 Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 3390,00 m², sita no Lugar do Alto de Fernandes, freguesia de Valongo, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou o ponto 2.11 Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, correspondente a parte da área ocupada por caminho público, sita no Lugar de Alto de Fernandes, freguesia de Valongo, com a área de 154,00 m², não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

De seguida foi colocado à discussão o ponto 2.12 Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Recolha Selectiva e Outros Serviços de Higiene Urbano do Concelho de Valongo – “Abertura de Concurso Público, Aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos”. -----

O Senhor **Deputado Manuel Sousa da Silva Cavadas** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.15. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.16. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de um documento que aqui se transcreve: -----

“Hoje em Portugal, na Europa e no Mundo, os trabalhadores e as pessoas mais carenciadas, idosos, crianças, estão a sofrer a aplicação da ideologia neo liberal, que defendia entre outras ideias que a mão invisível do mercado tudo resolvia. -----

A vida mostrou que as concepções neo liberais falharam completamente arrastando os países para uma das crises mais graves das últimas décadas.

Entre as propostas do neo liberalismo uma das mais aplicadas foi a do desmantelamento dos serviços públicos, com a conseqüente privatização dos mesmos. -----

Em Portugal o Governo de José Sócrates seguiu a mesma cartilha que os Governos do PSD e do CDS/PP, e assim o País assistiu à passagem para a gestão privada de sectores como os da energia e comunicação, até a ponte sobre o Tejo de grande importância estratégica. -----

O resultado é o empobrecimento do País e obtenção de enormes fortunas para meia dúzia de figurões a quem foram entregues equipamentos e

serviços pelas suas características muito específicas devem ser geridos, bem geridos, por entidades públicas. -----

A recolha de resíduos sólidos é uma das actividades que deve ser da competência do poder local, mas que foi em Valongo e nalguns outros concelhos retirada da gestão municipal, apesar de existirem em Valongo capacidades, conhecimentos, suficiente experiência acumulada para permitir uma gestão eficaz deste serviço público. -----

Agora quando já não é mais possível esconder o desastre económico e social provocado pelas concepções neo liberais é tempo de mudar de políticas e fazer voltar à gestão pública, o que é da gestão pública, neste caso municipalizar a recolha de resíduos. -----

Só a título de exemplo cite-se aqui uma experiência interessante, a do Município de Cascais, que pôs fim à gestão privada do serviço de recolha de resíduos, e ao municipalizar de novo esses serviços fez uma poupança de dois milhões de euros. -----

Isto contraria algumas ideias de que o serviço público só dá prejuízo, principalmente com algumas ideias que se ouviu aqui, principalmente na reunião de Líderes manifestadas pelo Senhor Vereador José Luís Pinto. -----

Em Valongo são precisas mudanças corajosas da forma de dirigir os serviços de interesse público, onde não é aceitável que se queira agarrar de pés e mãos os autarcas que hão-de ser eleitos em Outubro próximo, decidindo agora a abertura de um novo concurso que irá produzir efeitos durante oito anos. -----

É de uma absoluta falta de ética querer agora forçar uma decisão sobre esta matéria. -----

O BE não defende prorrogações de contratos nem ajustes directos, o BE defende que a decisão de abrir, ou não, um novo concurso de recolha de resíduos compete aos eleitos em Outubro, e deve resultar da vontade dos eleitores expressa nas urnas. -----

O Bloco de Esquerda diz que este serviço de interesse público deve ser gerido pelo Município e não deve ser utilizado como meio de obtenção de lucro. -----

O Executivo Camarário no nosso entender deve retirar este ponto da Ordem de Trabalhos, não aceitamos que esta proposta seja votada, é necessário respeitar a vontade popular nas eleições de Outubro, em que se irá manifestar.” -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.17. -----

O Senhor **José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que o assunto em discussão na sua opinião será o negócio de maior dimensão do mandato. Disse de seguida que estão confrontados com um documento que foi aprovado, com o voto do PSD da Câmara, para abrir, ou lançar, um concurso

público internacional de aquisição de serviços para a recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

Continuou dizendo que não faz sentido, estão a ser confrontados com uma matéria, estão a falar de 24 milhões de euros, aplicados durante oito anos, 3,5 milhões de euros por ano, sendo talvez a maior aquisição de serviços da Câmara, quando desde 1975, o Senhor Vereador do Pelouro sabe disso, provavelmente andou mais entretido a fazer outras coisas, existe a possibilidade de fazer planos de gestão de resíduos. -----

Relativamente ao Documento Estratégico, suposto Documento Estratégico, que foi entregue, mas que não considera um documento estratégico. Pois, como pode ser um Documento Estratégico quando diz a determinada altura que há dificuldade em contabilizar os custos dos serviços efectuados pelos funcionários, não consegue avaliar os custos reais afectos a cada equipamento. -----

Depois a preocupação de adequar o procedimento concursal à Estratégia Municipal, perguntando qual é a Estratégia Municipal para os resíduos sólidos urbanos, pois não conhece, ninguém conhece na sala. -----

Considera mais preocupante quando terminam dizendo: “é pois prioritário que todo o sistema de gestão de resíduos municipais seja afinado, de modo a permitir a monitorização permanente do que é reduzido, reutilizado, e reciclado no ciclo produtivo.” -----

Disse de seguida que o Instituto Regulador das Águas e Resíduos, que é o regulador da área em Portugal, os resíduos sólidos urbanos são hoje, de acordo com a Lei dos serviços públicos essenciais um serviço essencial de todos os Portugueses. -----

Disse, ainda, que o IRAR no último relatório sobre o sector, os dados relativos à gestão de resíduos sólidos urbanos, ou resíduos urbanos para ser mais amplo, conseguem, ou pelo menos tentam, saber dados como, a cobertura do serviço, a cobertura da recolha selectiva, o preço médio por serviço, por tonelada, a resposta a reclamações escritas, a cobertura dos custos operacionais, os custos operacionais unitários, os rácios de solvabilidade, dezenas de critérios, isso é feito. -----

A Câmara de Valongo ou tem e não fornece, o que é grave, pois estão a falar em dar um aval para uma aquisição de 24 milhões de euros em oito anos. ----

Continuou dizendo que o último documento da LIPOR sobre a matéria, de Valongo, no quadro da área onde actua a LIPOR, é o concelho que tem menos produção quilograma diário por habitante, no quadro dos Municípios, mas não sabe quais são as razões, ninguém sabe, pois não há um Plano Municipal de Resíduos, que é importante para tomarem uma decisão. -----

Não está em causa a necessidade de manter a varredura, de manter a recolha de resíduos, mas é preciso perceber que tipo de resíduos é que existem, é preciso pensar na prevenção, é dito a determinada altura no documento que há uma preocupação com a prevenção, que se vai gerar

menos resíduos. Neste momento o concelho de Valongo está quase nos 400 Kg ano, quando está a LIPOR em projectos para reduzir para menos de 100 Kg resíduo por habitante ano. -----

Existem questões que os fazem pensar e tudo foi ignorado, estão a ser confrontados com uma decisão à pressão. -----

Continuou dizendo que existe um documento, que é importante, o PERSUR II, que é o Plano Estratégico Nacional para os resíduos sólidos 2007/2016, onde há uma questão que não é trazida aqui directamente com esta questão, que é a questão do tarifário, aliás ao de leve o documento vai dizendo que há um desequilíbrio, obviamente que há um desequilíbrio, sabem que há um desequilíbrio, não há uma aproximação entre o custo e o preço, mas isso é claro, mas o que vai dizendo é que mais cedo ou mais tarde vai aparecer a factura ao municípios de Valongo. -----

O PERSUR o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos em Portugal diz uma coisa muito clara, além de referir que existem outras metodologias, em Valongo têm a metodologia de indexar a cobrança da taxa dos resíduos ao consumo da água, embora existam outras metodologias, inclusive há estudos para indexar ao consumo de electricidade, há cerca de sessenta municípios que nem sequer têm tarifário, dados de 2007. -----

Diz no PERSUR que: “Os sistemas devem possuir uma contabilidade analítica a par de uma população consciencializada, que entenda a importância da correcta gestão de resíduos, traduzida no nível de serviço está suportada por tarifário concordante. O cidadão entenda ou aceita mais facilmente um tarifário quando sabe que as verbas são bem aplicadas e vê o retorno dessa aplicação traduzido numa qualidade ambiental acrescida”. -----

Assim, não podem decidir a questão sem esses dados, não seria sério, é tentar enganar, e sobre tudo não contribui para encontrar uma solução sustentável. -----

Disse de seguida que, pela segunda vez, se prepara para avançar com uma providência cautelar contra a Câmara Municipal de Valongo, ou contra a Assembleia se vier a aprovar o documento. A primeira vez que o fez o IGAP deu-lhe razão, foi a propósito da loucura da nova Valongo, de construir imóveis para 17.000 habitantes, foi tudo chumbado, aliás o empreiteiro desapareceu. -----

O problema não é esse, o problema é que o processo é ilegal, por uma razão muito simples, o processo de aquisição de 24 milhões de euros, pelo período de oito anos, 3 milhões por ano. Não respeita o princípio da integridade inter geracional, que está no art.º 4º n.º 3 da Lei das Finanças Locais que diz: “Princípio da integridade inter geracional relativo à distribuição de benefícios e custos entre gerações, implica a apreciação nesse plano da incidência orçamental: a) das medidas e acções incluídas no plano plurianual de investimento; b) do investimento e incapacitação humana co-financiado pela autarquia local, c) dos encargos com os passivos financeiros da autarquia

local; d) das necessidades de financiamento do sector empresarial local, bem como das associações municípios; e) dos encargos vencidos e não liquidados a fornecedores; f) dos encargos explícitos e implícitos em parcerias público privadas, concessões e demais compromissos financeiros de carácter plurianual". -----

Portanto a avançar uma votação sobre o assunto estão a violar directamente a Lei das Finanças Locais, estão a falar de um compromisso inter geracional de oito anos, 24 milhões de euros, e isso é uma matéria grave. -----

Independentemente do que aconteça avançará com uma Providência Cautelar e gostava que mais deputados se associassem à sua intenção porque é ilegal. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** começou por dizer que ia preparado para discutir as vantagens e desvantagens, oportunidades de melhoria, questões relativamente à questão do concurso, estranhamente não percebeu essas sugestões. -----

Do ponto de vista técnico pelo menos o concurso está de acordo com todas as pessoas o que o deixa bastante satisfeito. -----

Relativamente às intervenções não houve propriamente questões colocadas, portanto vai tentar responder àquilo que intuiu que são perguntas, e prestar alguns esclarecimentos que lhe pareçam adequados, face àquilo que foi dito.

Quanto à intervenção do Deputado Casimiro Sousa não percebeu alguns termos, que promiscuidade é que falou, não percebe a palavra promiscuidade, pareceu-lhe que foi um acto meramente político. -----

Com tanta sofreguidão de que sofreguidão é que falou, estão a fazer aquilo que deve ser feito num serviço público, se não avançassem com o concurso no dia 1 de Janeiro de 2010 os serviços não estavam a iniciar. -----

A Câmara procedeu mal, não sabe prever as coisas, não as faz direito, estão a fazer as coisas dentro do prazo, não estão a fazer nem muito antes nem muito depois, estão a fazer regularmente bem. -----

Não sabem quantas empresas são, tivessem perguntado que teria muito gosto em ir contar as empresas e dizer, bem como mais elementos que entendessem, teve oportunidade de lhe perguntar, fizeram uma apresentação proporcionada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, e ter-lhe-ia dado com muito gosto. -----

Quanto à possibilidade de prorrogar o contrato, em que acha que é possível, há um Parecer que deixa claro que não é possível prorrogar o contrato, mas em bom senso não lhe parece sequer eticamente correcto, se assim fosse a Câmara podia pegar em contratos já existentes e prorrogá-los. -----

Neste caso não é permitido, se tivesse lido o parecer verificava que neste caso não é possível, porque se fosse possível, e é importante para se perceber, se o concurso tivesse sido aberto, na altura, com a possibilidade de prorrogação, os termos e os concorrentes não se expressavam da mesma forma, pediam preços e condições diferentes. -----

Se houvesse preços e condições diferentes, se tivesse havido possibilidade de prorrogação, que impede que agora se faça a prorrogação do contrato, somando a isto o facto de que o contrato, a adjudicação, o ajuste directo pode ir no máximo até 75.000 euros, e em situações imprevisíveis pode ultrapassar esse valor, a situação não é imprevisível, não só não é imprevisível como é mais do que previsível, é certa, no dia um de Fevereiro de 2010 tem que iniciar os concursos de limpeza. -----

Sobre a intervenção do Deputado António Monteiro penso que não lhe fez nenhuma pergunta em concreto, as questões são mais de natureza ideológica, conseguiu arranjar um Concelho no País que agora está a fazer a recolha de resíduos indiferenciado, há um, é Cascais, por acaso estiveram a averiguar muitos, são 308, não puderam ir a todos, Cascais adjudicou a empresas privadas higiene urbana no concelho. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Deolindo Caetano foi um bocado na esteira das outras, disse que há descoordenação, actualmente há descoordenação, não de todo. -----

Não é verdade, pois se não nós não tinham vindo a ganhar os prémios que foram divulgados na área do ambiente, têm ganho muitos, fazem parte da LIPOR, e todas as semanas comparam a performance da Câmara de Valongo com a performance de outras Câmaras. -----

Estão melhor agora do que estavam a fazer a recolha de lixos indiferenciados, porque os valores que, na altura, foram apresentados mostraram claramente que houve uma melhoria na qualidade do serviço, o que estão agora a propor é uma evolução maior. -----

Quanto ao que funcionários vão fazer, ficou claro, até disseram quais os serviços vão fazer, está nos documentos que estão no processo, quais são os serviços que vão fazer os funcionários da Câmara, e quais são os serviços que vão ser adjudicados. -----

Relativamente à intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro, considera que foi uma não intervenção, pois não sabe nada, não conhecia nada, mas bastava ter ido à sessão que a Presidente da Assembleia patrocinou e ter-lhe-iam explicado tudo, e aquilo que não tivessem no momento davam-lhe depois. -----

Dizer que não sabe nada, que foi uma decisão à pressão, quando o processo começou em Setembro do ano passado, os trabalhos que conduziram o processo, há uns meses largos, pressão não está a perceber qual é a pressão. -----

Que não é um documento estratégico, um documento estratégico é isso precisamente, o que o Deputado José Manuel Ribeiro está a falar é que queria aqui um Plano de Acção, os Planos de Acção é que têm números, dados, elementos que determinam a tática que uma empresa vai fazer, um Documento Estratégico não é nada disso é isto. -----

Não gostou de lhe chamar de negócio, acha que até foi deselegante usar esse termo. É um procedimento de aquisição de serviços, é assim que se chama. -----

Relativamente à questão de ilegalidade se está ilegal, vão ser todos os concursos ilegais efectuados pelas Câmaras, se forem todos ilegais cometem todos, o mesmo erro. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que quanto à questão de fundo julga que estão esclarecidos, o que a CDU defende para o serviço é que deve ser público. -----

Os funcionários da Câmara estão garantidos no Gabinete Estratégico, Programa Estratégico, gostava que relessem o contrato das Águas, os funcionários das Águas e as bolandas que eles agora andam, estava tudo garantido, estava garantido 400 trabalhadores da linha da Póvoa da CP que todos eles iam integrar-se na empresa do Metro, hoje estão 17 que ainda estão em Tribunal, dessas garantias a Câmara de Valongo tem isso resolvido. -----

Relativamente ao Parecer Jurídico todos sabem como é que são feitos tem sempre fundamentação técnica. -----

Disse de seguida que há uma parte em que diz: “O Código dos Contratos Públicos não se aplica a prorrogações expressas ou tácitas”, a palavra tácitas quer dizer alguma coisa, ainda não viu desmontado a palavra tácitas, tácita quer dizer muito, ou quer dizer que pode haver, que há duas entidades que podem tacitamente prorrogar o contrato. -----

Como não há motivos urgentes para a sua prorrogação, porque estão em final de mandato, estão em cima da data de 31 de Janeiro de 2010, e a Câmara não preparou, diz que anda a preparar desde Setembro, mas estão em finais de Abril e ainda não há concurso público, e sabem que quando for lançado o contrato da prestação de serviços vai ser agendado depois das eleições, mas já com contrato firmado antes das eleições, isto é só questões de datas. -----

Considera que não houve o tratamento correcto por parte da Câmara de agendar o trabalho, não têm agora justificação para prorrogar o contrato, quanto mais explicações o Senhor Vereador dá mais confuso fica. -----

Julga que 90% dos Membros da Assembleia estavam convencidos que o contrato a partir de oito anos ia ser para todos os serviços, e a final vai ser só para um pequeno serviço, e esse pequeno serviço pode ser à peça, em vez de ser dez ruas pode ser só uma rua. -----

O que contesta é que o assunto seja tratado com ligeireza, pelo menos respeitante aos Membros da Assembleia, não há uma discussão aprofundada sobre isto. -----

Se há um problema, uma empresa que acaba o contrato em 31 de Janeiro, devem resolver esse problema, devem suspender o ponto e agendar, para

resolver o problema que têm em 31 d Janeiro de 2010, porque até 2011 os próximos Executivos têm muito tempo para resolver e fazer a sua opção. -----

Se a Câmara estiver disposta a rever a sua posição, tentar resolver um caso que, segundo o parecer jurídico do contencioso da Câmara diz que há dificuldades em ser prorrogado a prestação de serviços, os outros têm muito tempo até 2011 para resolver, com o novo Executivo, estão prontos para ajudar na resolução. -----

Se a Câmara quer insistir em resolver um negócio de 24 milhões, porque o negócio não é feito pela Câmara mas pelas empresas que vão concorrer, o negócio deles é a recolha de lixo, por isso estão a falar de um negócio de 24 milhões. -----

Se a Câmara quiser decidir isso a CDU não está, hoje, na disposição sequer, mesmo no problema jurídico estão com algumas dificuldades em que possa avançar, o problema nunca foi no combate político, nunca foi problemas de Tribunais nem Jurídicos. -----

Se a Câmara quiser insistir no assunto de tamanha gravidade, que foi tratado com ligeireza, e não houve respeito, como Líder do Grupo Municipal acha que devia ter mais respeito, se quiserem seguir não irão participar na votação. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** disse queo parecer jurídico não diz que tem dificuldade em prorrogar o contrato, diz que não é possível prorrogar o contrato. -----

O negócio que lhe chamaram de 24 milhões, além de não ser um negócio, são 24 milhões por oito anos, o que dá 3 milhões por ano, e no mundo concorrencial as propostas têm que ser abaixo de 3 milhões, actualmente 3 milhões é o preço máximo. -----

O valor vai ser inferior a 3 milhões, e se não avançarem agora, se atrasarem o processo um ano, que não é possível, não vamos gastar 3 milhões por ano, vamos gastar cerca de 3,5 milhões por ano. -----

Esses custos já existem agora, a Câmara gasta mais do que esse valor, o que propõem no concurso, e de acordo com o Documento Estratégico é baixar os custos, praticando mais serviços, os custos vão existir, não é pelo facto de deixarem acabar que vai deixar de ter custos, vão continuar a ter mais custos. -----

O Senhor **Deputado Manuel Sousa da Silva Cavadas** disse que se trata de um contrato ao abrigo da disposição que uma Directiva Comunitária transporta para Direito Português, portanto não é um concurso clandestino, é um concurso perfeitamente enquadrado dentro de uma Lei Portuguesa que vem duma Directiva Comunitária. -----

O mesmo acontece com o Plano Nacional de Barragens, as concessões de barragens são agora feitas a empresas privadas, ao abrigo da mesma disposição. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Ribeiro** disse que no Documento Estratégico, estão a falar na aquisição de serviços na ordem dos 24 milhões de euros, isso é feito à luz do Código da Contratação Pública, não quer entrar na questão legal. Mas a questão legal é muito clara no que diz a Lei das Finanças Locais, e se há Câmaras do PS que não respeitam deviam ser penalizadas, e doutros Partidos. -----

O princípio, e a obrigação, de fazer uma apreciação da equidade inter geracional é claro, tem a ver com a distribuição de benefícios e custos entre gerações, está escrito isto na Lei da Finanças Locais no artigo 4. -----

Disse de seguida que a estratégia é saber onde querem estar, que a Câmara não tem, táctica é como é que lá chegam. -----

O que podem dizer de um Documento Estratégico que diz, estão a analisar custos, na página seis: “Existe actualmente muita dificuldade em contabilizar os custos dos serviços efectuados pelos funcionários da Autarquia. No entanto, fez-se uma estimativa com os poucos dados que temos actualmente. Também não existe uma base de dados com os custos reais afectos a cada equipamento, tendo-se por nalguns casos estimar os valores referenciais de contratação pública”, que andaram a fazer, quem não sabe nada do que é o sistema de resíduos no Concelho é o Vereador José Luís Pinto. -----

Não vem discutir questões técnicas, agora como representante da população temo que ser claro, tem que ser transparente e tem que se perceber as implicações do que está a ser feito. -----

Porque não tem só a ver com a contratação de serviço de uma empresa, vai mais longe, tem a ver com a mudança de comportamento das pessoas, das empresas, tem a ver com a atitude face à sustentabilidade. -----

Reafirmou aquilo que disse, não está a ser cumprida a Lei, portanto a Senhora Presidente, que é legalista, não deve embarcar no processo, os Membros da Assembleia e a Senhora Presidente. -----

Quando as opções das Câmaras o último estudo que se conhece da matéria sobre os tarifários, que referiu anteriormente, 47 Municípios não aplicam tarifário, 211 indexados às facturas da água, 31 indexados a outras variáveis. Quando as Câmara optam pelo processo de concessão, a Câmara tem legitimidade, tem essa possibilidade de ocorrer à concessão, não o fez, agora devia haver o cuidado, pelo menos, de passar essa informação, é que qualquer processo de concessão, que obrigatoriamente tem que ir a uma consulta prévia do IRAR, demora em média entre um a dois meses só para análise estrutural do ponto de vista económico, jurídico e de engenharia. -----

Não percebe como é que isto apareceu assim, não vai discutir que é Fevereiro, porque não vinha detrás do processo, onde é que está o Plano Municipal de Resíduos, não há, o que fica é que o vereador José Luís Pinto não está interessado em esclarecer, não está interessado em clarificar aquilo que é, ou o que são os representantes da população na Assembleia. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** disse não entender como é que se diz que não está empenhado em esclarecer, se foi às sessões de esclarecimento com os Senhores Deputados Municipais, o Deputado José Manuel Ribeiro é que não foi, nas está disposto a esclarece-lo. -----

A forma de raciocinar do Deputado José Manuel Ribeiro tem saltos muito grandes, que faz com que não haja lógica entre o que diz e a sua consequência, leu um texto que diz: “Existe actualmente muita dificuldade em contabilizar os custos dos serviços efectuados pelos funcionários da Autarquia. No entanto, fez-se uma estimativa com os poucos dados que temos actualmente. Também não existe uma base de dados com os custos reais afectos a cada equipamento, tendo-se por nalguns casos estimar os valores referenciais de contratação pública”, depois diz onde é que há estratégia? Não há estratégia em empresas, em instituições, mesmo não tendo alguns elementos? -----

Neste momento haverá no País meia dúzia de Câmaras com Contabilidade Analítica, se fosse há seis meses não havia nenhuma, há um ano seguramente que não havia nenhuma, então quer dizer que as Câmara que não têm Contabilidade Analítica não podem fazer Documentos Estratégicos, nem Câmaras, nem empresas, nem instituições, é um raciocínio que não entende. -----

Quando não existe Contabilidade Analítica numa empresa fazem uma estimativa de preços, e é por isso que se chama análise de custos da gestão de resíduos sólidos urbanos, há custos que têm, sabem exactamente quanto pagam há empresa que faz a recolha de resíduos sólidos indiferenciados, os custos inerentes ao funcionamento da Câmara não sabem exactamente. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** referiu que no Documento Estratégico diz: “Actualmente os Serviços da competência do Sector de Higiene Urbana estão divididos em várias áreas de intervenção e com diversos interlocutores/parceiros que não estando integrados, uma vez que há vários intervenientes, trazem algumas preocupações ao nível da coordenação e eficácia na elaboração das suas tarefas”. -----

Outra questão é que o custo parece-lhe, nas suas contas que não são 3 milhões e quatrocentos mil, são 3 milhões e 100 mil, são menos 300 mil, está orçado para este ano os custos com esse serviço de 4 milhões de euros, por isso será fácil para o ano a Câmara dizer que teve um milhão de lucro. -----

Fez um repto ao Vereador José Luís Pinto, se quer continuar a tratar do assunto que no seu ponto de vista é com alguma ligeireza, se quiser levar o assunto para a frente, vão-se retirar da sala e aparecer no ponto seguinte. ----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse não ser a ele que compete interpretar aquilo que diz, o Vereador José Luís Pinto ficou preocupado por ele ter citado a palavra promiscuidade, sofreguidão e ter dito que não sabia quantas empresas prestam serviço ao Município. -----

Julgou que sabia que promiscuidade quer dizer mistura, confusão, e não é isso que se passa na prestação de serviços de limpeza, higiene, etc. na Câmara? É exactamente isso que acontece, a Câmara até diz que têm dificuldade em fazer a gestão de todas as empresas, quanto a esse aspecto não à nada a ficar preocupado, nem de estranhar que aplique a palavra podia aplicar outra. -----

Sofreguidão, o Vereador José Luís Pinto não acha que há sofreguidão na tramitação do processo? Ele foi aprovado na Câmara no dia 16 de Abril, houve um convite feito pela Mesa da Assembleia Municipal, para alguns esclarecimentos sobre a matéria para o dia 20 de Abril, no dia 20 de Abril os Membros Municipais ainda não tinham conhecimento de documento nenhum relacionado com a matéria. -----

Estão a discutir o assunto oito dias depois, a discutir o documento, foi dito que atendendo à importância, e à responsabilidade, que a adjudicação do serviço represente para a Câmara, não só para o actual Executivo mas para aqueles que vêm a seguir, seria muito importante que o assunto fosse amplamente discutido, e não foi. -----

Que estranhou que ele dissesse que não sabia quantas empresas trabalham para o Município, não sabe, nem o Vereador José Luís Pinto sabe, porque perguntou-o na última reunião de Representantes, e não sabia, portanto não percebe porque que estranha tanto que não saiba quando o Vereador José Luís Pinto que tem responsabilidade no sector também não sabe. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** disse que sobre o último ponto referido pelo Deputado Casimiro Sousa, já percebeu que o Deputado não quer saber quantas empresas há, quer saber se ele sabe quantas empresas há, porque na reunião lhe perguntou quantas empresas há, e disse-lhe são várias, mas se quiser digo-lhe, ao que lhe respondeu não vale a pena. -----

Disse de seguida que no dia 16 de Setembro de 2008 houve uma solicitação ao Gabinete Jurídico de um Parecer Jurídico, para abertura do procedimento, 19/09/2008 um Parecer a indicar à Câmara que deve começar desde já as diligências, atendendo aos prazos, 29/10 houve uma informação a solicitar cabimentação e a propor ao Senhor Presidente autorização para início dos trabalhos, e iniciaram-se os trabalhos, dia 11/3/2009 houve uma informação a solicitar um Parecer Jurídico para escolha de procedimento, depois de realizado todos os estudos técnicos, dia 20/03 houve um parecer que solicitava algumas alterações, nomeadamente fundamentar os oito anos, a indicar qual era o tipo de procedimento e a solicitar a diminuição dos requisitos para admissão de concorrentes, dia 5/05 houve um a informação a atender ao solicitado pelo Gabinete Jurídico, e foi tudo cumprido, dia 7/5 foi feita uma informação que fundamentava todo o procedimento. -----

Dizer que há sofreguidão e depois prova que o concurso começou em Setembro do ano passado, sofreguidão era se comessem há dois meses,

fizeram a sua competência, a competência da Câmara é essa, e estão a trazer à Assembleia para realizar a sua competência, que fará como entender. -----

O Deputado José Deolindo Caetano disse que não estava claro o que é que os funcionários iam fazer, e está, vão fazer a gestão dos eco centros, a recolha domiciliária de objectos volumosos fora de uso, recolha selectiva de papel, embalagens e resíduos orgânicos em todas as escolas do concelho, a limpeza das linhas de água, estão todos definidos, quais os serviços que vão ser realizados pela Câmara Municipal. -----

Disse de seguida que não se trata de uma concessão, não tem nada a ver com a concessão das Águas. -----

Pela Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** foi interrompida a reunião por cinco minutos a fim de reunir com os Líderes Municipais. -----

Sendo retomada a reunião pela Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** foi colocado à votação o ponto 2.11 Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Recolha Selectiva e Outros Serviços de Higiene Urbano do Concelho de Valongo – “Abertura de Concurso Público, Aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos”. -----

Neste momento o Membro da Assembleia Municipal Casimiro Couto Sousa comunicou à Mesa da Assembleia que o Grupo Municipal do PS se ia retirar-se da sala e não participava na votação deste ponto. -----

O Membro José Deolindo Caetano, do Grupo Municipal da CDU, informou que se ausentavam da sala e não participava na votação deste ponto. -----

O Membro António Fernando Correia Monteiro, do Grupo Municipal do BE, ausentou-se da sala no momento da votação deste ponto. -----

Após a saída dos Membros acima referidos foi verificada pela Mesa da Assembleia a quebra de Quórum através da recontagem dos Membros presentes na Sala. -----

Deste modo, a Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, às zero horas e quarenta minutos do dia 30 de Abril de 2009, deu por encerrada a reunião. -----

Relação dos Membros da Assembleia que se retiraram da sala aquando da votação do ponto 2.11 Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, Recolha Selectiva e Outros Serviços de Higiene Urbano do Concelho de Valongo – “Abertura de Concurso Público, Aprovação do Programa de Concurso e Caderno de Encargos”; -----

Grupo Municipal do PS: -----

Alfredo da Costa Sousa; -----

António Alberto Alves de Sousa; -----

António Joaquim Martins da Silva; -----

António Marques Oliveira; -----

António Pinto Caetano; -----
Casimiro Couto Sousa; -----
Eusébio Manuel da Fonseca; -----
José Carvalho da Rocha; -----
José Manuel Abreu Carvalho; -----
José Manuel Pereira Ribeiro; -----
Luís Teixeira de Azevedo; -----
Nelson Jorge Neto Duarte da Rocha; -----
Paulo da Rocha Gomes; -----
Ventura de Almeida; -----
Grupo Municipal da CDU: -----
José Deolindo Caetano; -----
Grupo Municipal do BE: -----
António Fernando Correia Monteiro. -----
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e
assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____